

Ventos de São Júlio I Energias Renováveis S.A.

**Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de
2022**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações no patrimônio líquido.	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Ed. BS Design - Avenida Desembargador Moreira, 1300
SC 1001 - 10º Andar - Torre Sul - Aldeota
60170-002 - Fortaleza/CE - Brasil
Telefone +55 (85) 3457-9500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da Ventos de São Júlio I Energias Renováveis S.A. Maracanaú – CE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ventos de São Júlio I Energias Renováveis S.A (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ventos de São Júlio I Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Imobilizado	
Veja as Notas 2.8 e 7 das demonstrações financeiras	
Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui imobilizado líquido no montante de R\$ 278.955.928, divulgado na Nota explicativa nº 06.</p> <p>A Companhia até o momento não iniciou suas operações e dessa forma suas principais operações referem-se a aquisições de ativo imobilizado. Tendo em vista a relevância dos valores envolvidos, esse tema foi considerado como um assunto importante em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">- Entendimento sobre os controles internos relevantes que envolvem a identificação, reconhecimento e mensuração dos bens do imobilizado;- Realizamos inspeção documental, em base amostral, das adições ocorridas durante o exercício para analisar se a natureza dos gastos são condizentes com ativo registrado;- Avaliamos ainda a adequação das informações divulgadas nas demonstrações financeiras individuais da Companhia. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que o imobilizado e as divulgações nas notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras.</p>

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 18 de maio de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC CE-003141/F-5



Diego Feliciano Irineu
Contador CRC 1SP223212/O-2

Ventos de São Júlio I Energias Renováveis S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais)

Ativo	Nota	31/12/2022	31/12/2021	Passivo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.470.253	199.371	Fornecedores nacionais		467.441	59.713
Contas a receber de clientes		1.249.613	-	Partes relacionadas - outras contas a pagar	13	1.146.161	110.376
Impostos a recuperar		53.669	-	Obrigações fiscais		685.160	62.580
Partes relacionadas - outros créditos	13	1.973.387	1.280.132	Obrigações trabalhistas		106.056	28.410
Despesas antecipadas	5	998.757	3.360	Outras contas a pagar		52.743	-
Total do Ativo Circulante		9.745.679	1.482.863	Total do Passivo Circulante		2.457.561	261.079
Despesas antecipadas	5	1.175.150	7.567	Empréstimos e financiamentos	7	221.825.521	-
Realizável a longo prazo		1.175.150	7.567	Total do Passivo Não circulante		221.825.521	-
Imobilizado	6	278.955.928	36.209.391	Total do Passivo		224.283.082	261.079
Total do Ativo Não Circulante		280.131.078	36.209.391	Patrimônio líquido	8	75.611.000	35.151.072
				Capital social		-	3.497.000
				Reserva de lucros a distribuir		(10.017.325)	(1.209.330)
				Lucros ou (prejuízos) acumulados			
Total do Ativo		289.876.757	37.699.821	Total do Patrimônio líquido		65.593.675	37.438.742
				Total do Passivo e Patrimônio líquido		289.876.757	37.699.821

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Júlio I Energias Renováveis S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	9	3.270.969	-
Custos operacionais	10	<u>(4.868.086)</u>	<u>-</u>
Prejuízo bruto		(1.597.117)	-
Despesas gerais ou administrativas	11	<u>(1.546.513)</u>	<u>(879.610)</u>
Resultado antes das despesas e receitas financeiras líquidas e tributos		(3.143.630)	(879.610)
Receitas financeiras	12	596.704	1
Despesas financeiras	12	<u>(4.780.728)</u>	<u>(2.617)</u>
Resultado financeiro líquido		(4.184.024)	(2.616)
Resultado antes dos tributos sobre lucro		(7.327.654)	(882.226)
Imposto de renda e contribuição social correntes	15	<u>(1.480.341)</u>	<u>-</u>
Prejuízo líquido do exercício		<u>(8.807.995)</u>	<u>(882.226)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Júlio I Energias Renováveis S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado do exercício	<u>(8.807.995)</u>	<u>(882.226)</u>
Outros resultados abrangentes - ORA	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>(8.807.995)</u>	<u>(882.226)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Júlio I Energias Renováveis S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais)

	Notas	Capital social	Capital a integralizar	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2021		<u>35.151.072</u>	<u>(6.951.500)</u>	<u>-</u>	<u>(327.104)</u>	<u>27.872.468</u>
Capital integralizado		-	6.951.500	-	-	6.951.500
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	3.497.000	-	3.497.000
Prejuízo do exercício		-	-	-	(882.226)	(882.226)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		<u>35.151.072</u>	<u>-</u>	<u>3.497.000</u>	<u>(1.209.330)</u>	<u>37.438.742</u>
Saldos em 01 de janeiro de 2022		<u>35.151.072</u>	<u>-</u>	<u>3.497.000</u>	<u>(1.209.330)</u>	<u>37.438.742</u>
Capital subscrito	8	40.459.928	(40.459.928)	-	-	-
Capital integralizado	8	-	40.459.928	(3.497.000)	-	36.962.928
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	-
Prejuízo do exercício		-	-	-	(8.807.995)	(8.807.995)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		<u>75.611.000</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(10.017.325)</u>	<u>65.593.675</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Júlio I Energias Renováveis S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo líquido do exercício		(8.807.995)	(882.226)
Ajustes para:			
Depreciação e amortização	6	3.767.436	2.668
Juros sobre empréstimos e financiamentos	7	4.637.124	-
Imposto de renda e contribuição social		1.480.341	-
Apropriação custo de captação	7	124.974	-
Baixa de imobilizado	6	390.793	-
		<u>1.592.673</u>	<u>(879.558)</u>
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber de clientes		(1.249.613)	-
Impostos a recuperar		(53.669)	-
Despesas antecipadas		(2.166.340)	3.360
Outros créditos		1.280.132	-
Partes relacionadas - outros créditos		(1.970.027)	(1.280.132)
Fornecedores nacionais		407.728	59.713
Partes relacionadas - outras contas a pagar		2.335.551	76.538
Obrigações trabalhistas		77.646	28.410
Obrigações fiscais		(307.605)	62.453
Outras contas a pagar		52.742	(3.031)
Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		<u>(782)</u>	<u>(1.932.247)</u>
Impostos pagos sobre o lucro		(550.156)	-
Juros pagos - debêntures	7	(6.356.074)	-
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		<u>(6.907.012)</u>	<u>(1.932.247)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	6	(241.848.457)	(8.322.339)
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades de investimento		<u>(241.848.457)</u>	<u>(8.322.339)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento/integralização de capital	8	36.962.928	6.951.500
Captações de empréstimos e financiamentos	7	224.269.526	-
Captações de debêntures	7	129.999.393	-
Amortizações de principal - empréstimos e financiamentos	7	(129.999.393)	-
Capitalização de imobilizado - empréstimos	7	120.185	-
Custo de captação empréstimos	7	(7.326.288)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	3.497.000
Fluxo de caixa líquido provenientes das (utilizado nas) atividades de financiamento		<u>254.026.351</u>	<u>10.448.500</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		<u>5.270.882</u>	<u>193.914</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	199.371	5.457
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	5.470.253	199.371
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		<u>5.270.882</u>	<u>193.914</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em Reais)

1 Contexto operacional

A Ventos de São Júlio I Energias Renováveis S.A., “Companhia”, situada na Rod. Doutor Mendel Steinbruch, Nº 10800, sala 282 - Distr. Industrial, com sede em Maracanaú, Estado do Ceará, foi constituída em 18 de dezembro de 2019, e na presente data já se encontra-se em operação comercial.

A Companhia sagrou-se vencedora em leilão promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e de acordo com a portaria nº 169, de 09 de abril de 2020 do Ministério de Minas e Energia (MME), a outorgada tem até 1º de janeiro de 2025 para iniciar a operação comercial da 1ª e 2ª unidade geradora. O empreendimento possui capacidade instalada do projeto de 67,2 MW, de acordo com o despacho nº 2.963, de 15 de outubro de 2020. De acordo com o despacho nº 2.264 de 08 de setembro de 2022 iniciou operação comercial em 09 de setembro de 2022 quando a energia produzida pelas unidades geradoras passou a estar disponível ao sistema.

A Companhia tem por objeto social: (i) a exploração, em nome próprio, de usina de geração de energia operacional da fonte EOL Ventos de São Januário 17, na forma permitida por lei e mediante a obtenção das respectivas concessões e autorizações; (ii) a produção e comercialização de energia elétrica a partir de fonte eólica; e (iii) a aquisição, no mercado interno e externo, dos equipamentos, bens e serviços necessários para tal desiderato.

2 Base de preparação e principais práticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que contemplam os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 18 de maio de 2023.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para a unidade mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente.

A Companhia não possui premissas e estimativas que representem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, bem como não apresenta julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

2.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

2.5 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação de seus ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos. O custo amortizado é reduzido por perdas por “*impairment*”. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possuía ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia classifica seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva dos juros. A despesa de juros, ganhos e

perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, adiantamento a fornecedor e partes relacionadas.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas e outras contas a pagar.

2.6 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (“impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas

atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não identificou quaisquer indícios de “impairment” com relação aos seus ativos não financeiros.

2.7 Ativo imobilizado (exceto direito de uso de ativos arrendados)

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção.

O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela entidade relativos ao empréstimo. Os custos de empréstimos, deduzidos das receitas financeiras inerentes a esses recursos e vinculados ao empreendimento, são capitalizados ao imobilizado durante o exercício em que as atividades relacionadas ao desenvolvimento estiverem sendo executadas.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão gerar benefícios futuros e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Depreciações

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada sobre o custo dos ativos imobilizados ou outro valor substituto do custo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. As taxas utilizadas estão de acordo com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrica (“MCPSE”), aprovado pelas Resoluções Normativas nº 367/2009 e 474/2012 pela ANEEL.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Provisão para desmobilização de ativos

Referem-se, principalmente, a provisões relacionadas com obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamento de terrenos onde estão localizados os empreendimentos eólicos. Tais custos, quando incorridos, são provisionados em contrapartida ao ativo imobilizado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo. Estas provisões são feitas com base em estimativas e premissas relacionadas às taxas de desconto e ao custo esperado para a desmobilização e remoção ao fim do prazo de autorização dessas usinas. Estes custos podem divergir do que vierem a ser incorridos pela Companhia.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não constituiu provisão para desmobilização considerando que não há obrigação legal e contratual em seus contratos de arrendamentos.

2.8 Receitas e despesas financeiras

Todos os instrumentos financeiros são avaliados ao custo amortizado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado pelo método de juros efetivos.

2.9 Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

2.10 Receita operacional

A receita operacional do curso normal das atividades da companhia é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A Companhia reconhece a receita operacional quando a transferência (ou promessa) de bens ou serviços aos clientes refletem a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

A NBC TG 47 / IFRS 15 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, no caso das Subsidiárias, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

As receitas operacionais da companhia são provenientes da comercialização no livre mercado e da venda de energia gerada. A comercialização de energia gerada no mercado de livre negociação é registrada com base nos contratos firmados com os clientes e as receitas provenientes da venda de energia gerada é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos Contratos no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), e dos contratos firmados no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

As receitas de prestação de serviço da companhia são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação a receber mensalmente, conforme a obrigação de desempenho é atendida.

A receita de comercialização de energia é registrada com base no fornecimento de energia, acordado em a contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Empresa, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

As operações de trading de energia são transacionadas em mercado ativo e, para fins de mensuração contábil, atendem a definição de instrumentos financeiros ao valor justo. A Companhia reconhece a receita quando da entrega da energia ao cliente pelo valor justo da contraprestação. Adicionalmente, são reconhecidos como receita os ganhos líquidos não realizados decorrentes da marcação a mercado - diferença entre os preços contratados e os de mercado - das operações líquidas contratadas em aberto na data das demonstrações contábeis.

Quanto à receita de venda de energia elétrica (geração centralizada), a mesma é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência de controle sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

2.11 Normas, alterações e interpretações que entraram em vigor em 2022

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Companhia não adotou essas normas para preparação dessas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26);
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32);
- IFRS 17 Contratos de Seguros;

- Definição de Estimativas Contábeis (alterações ao CPC 23);
- Definição de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26).

3 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

(i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao parque eólico.

A Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais, incluindo contrato de seguros e manutenções periódicas dos ativos da operação.

(ii) Risco de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela controladoria, avalizadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

A Companhia não possui em 31 de dezembro de 2022 e 2021 exposições financeiras atreladas à moeda estrangeira.

Análise de sensibilidade

	Saldo 31/12/2022	Risco	Cenário Provável	Cenário 25%	Cenário 50%
Saldo de aplicações financeiras (equivalente de caixa) - CDB	5.286.102	CDI: 12,38%	5.286.102	5.378.249	5.396.678
Efeito no resultado			595.456	687.603	706.032
Saldo de empréstimos e financiamentos	(221.825.521)	IPCA: 5,79%	(221.825.521)	(222.161.133)	(222.228.255)
Efeito no resultado			(4.637.124)	(4.972.736)	(5.039.858)

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Bancos conta movimento	184.151	199.371
Aplicações financeiras (a)	5.286.102	-
Total	5.470.253	199.371

- (a) A companhia mantém suas disponibilidades de caixa preferencialmente em fundos contratados para esse fim, com baixo risco de crédito e com remuneração acima de 100% do CDI. Para disponibilidades de caixa com prazo inferior a 30 dias, a companhia contrata instrumentos de renda fixa de curto prazo com baixo risco de crédito e remuneração entre 80% e 100% do CDI. Em 31 de dezembro 2022 e 31 de dezembro 2021 estão disponíveis para utilização imediata sem perda de rendimento. Estas operações possuem vencimento inferior a três meses da data de contratação e por atenderem aos requisitos no CPC 03, foram classificadas como equivalentes de caixa.

5 Despesas antecipadas

	31/12/2022	31/12/2021
Prêmios de seguro a apropriar	413.188	10.927
Custos de empréstimos (a)	965.121	-
Outras despesas pagas	795.598	-
	2.173.907	10.927
Ativo circulante	998.757	3.360
Ativo não circulante	1.175.150	7.567
	2.173.907	10.927

- (a) Conforme item 19 do CPC 08 (R1), os custos de transação enquanto não captados os recursos devem ser apropriados e mantidos em conta transitória e específica do ativo como pagamento antecipado. A baixa do saldo se dará na captação dos recursos ou se a operação não se concretizar.

6 Imobilizado

a. Composição do imobilizado

	Taxa de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	31/12/2022	31/12/2021
Edificações	3,33% a 4%	28.824.170	(278.357)	28.545.813	-
Máquinas e Equipamentos	1,85% a 16,67%	253.602.852	(3.467.454)	250.135.398	-
Benfeitoria em imóveis de terceiros	10%	106.560	(4.618)	101.943	106.205
Torres anemométricas	10%	139.019	(15.060)	123.959	275.165
Adiantamento a fornecedores de imobilizado	-	48.815	-	48.815	31.359.852
Imobilizado em andamento	-	1	-	1	4.468.169
Total		282.721.417	(3.765.489)	278.955.928	36.209.391

b. Movimentação do imobilizado

	31/12/2021	Adições	Transferências	Baixas	Depreciação	31/12/2022
Edificações	-	-	28.824.169	-	(278.357)	28.545.813
Máquinas e Equipamentos	-	-	253.602.852	-	(3.467.454)	250.135.398
Benfeitoria em imóveis de terceiros	106.205	-	-	-	(4.262)	101.943
Torres anemométricas	275.165	-	-	(133.843)	(17.363)	123.959
Adiantamento a fornecedores de imobilizado	31.359.852	193.708.019	(223.719.290)	(1.299.766)	-	48.815
Imobilizado em andamento	4.468.169	54.496.512	(58.707.731)	(256.950)	-	-
Total	36.209.391	248.204.531	-	(1.690.559)	(3.767.436)	278.955.928

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia e suas controladas possuem valores em adições que somados representam R\$ 6.356.074 que não tiveram efeito no caixa.

	31/12/2020	Adições	Transferências	Depreciação	31/12/2021
Licenciamento ambiental	129.930	-	(129.930)	-	-
Benfeitoria em imóveis de terceiros	-	106.561	-	(356)	106.205
Torres anemométricas	-	277.477	-	(2.312)	275.165
Adiantamento a fornecedores de imobilizado	27.629.844	3.730.008	-	-	31.359.852
Imobilizado em andamento	129.946	4.208.293	129.930	-	4.468.169
Total	27.889.720	8.322.339	-	(2.668)	36.209.391

7 Empréstimos e financiamentos

Empréstimos BNDES:

Em 30 de Junho de 2022, a Companhia celebrou contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES destinada à implantação da Central Geradora Eólica Ventos de São Januário 17, no valor de R\$ 291.000.000,00 para aplicação na aquisição de bens e realização de serviços.

Os encargos da operação correspondem à taxa composta (i) pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo divulgado pelo IBGE, (ii) pela taxa de juros prefixada de 5,01% % (cinco inteiros e um centésimo por cento) e (iii) pelo spread do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES de 1,99% (um inteiro e noventa e nove por cento) ao ano. O período total de pagamento é de 270 meses com carência de 32 meses. Os *covenants* do contrato firmado são aqueles usuais para operações de empréstimo de longo prazo contratados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. O contrato de financiamento é garantido por meio de (i) fiança bancária, que poderá ser liberada mediante o cumprimento de determinadas condições de liberação de fiança relacionadas à conclusão físico-financeira do Empreendimento; e (ii) garantias reais usuais no âmbito de financiamento de projetos, quais sejam, penhor de ações, penhor de aerogeradores e cessão fiduciária de direitos creditórios detidos pela Companhia.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia encontra-se adimplente com suas obrigações estabelecidas no contrato.

a. Composição do saldo

Banco	Tipo	31/12/2022
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	Financiamento	221.825.521

b. Movimentação da conta

	31/12/2022
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-
Captações de empréstimos e financiamentos	224.269.526
Juros sobre empréstimos e financiamentos	4.637.124
Custo de captação (a)	(7.326.288)
Capitalização de imobilizado	120.185
Apropriação custo de captação (a)	124.974
Saldo em 31 de dezembro de 2021	221.825.521
Circulante	-
Não circulante	221.825.521

c. Cronograma de pagamentos das parcelas de longo prazo

	31/12/2022	
Vencimento	Valor	%
2024	10.178.970	4%
2025	10.178.970	4%
2026	10.178.970	4%
2027	10.178.970	4%

2028	10.178.970	4%
2029	10.178.970	4%
2030	10.178.970	4%
2031	10.178.970	4%
2032	10.178.970	4%
2033	10.178.970	4%
2034	10.178.970	4%
2035	10.178.970	4%
2036	10.178.970	4%
2037	10.178.970	4%
2038	10.178.970	4%
2039	10.178.970	4%
2040	10.178.970	4%
2041	10.178.970	4%
2042	10.178.970	4%
2043	10.178.970	4%
2044	10.178.970	4%
2045	10.178.970	4%
2046	5.089.485	2%
Total	229.026.825	100%

- (a) O quadro acima não contempla no exercício de 2022 o valor de R\$ 7.201.304, referente ao custo de captação empréstimos, ativado durante o período pré-operacional da Companhia.

Notas Comerciais

Em 22 de março de 2022 foi celebrado o Termo da primeira emissão de notas comerciais escriturais, não conversíveis em ações, em até duas séries para distribuição pública com esforços restritos da Ventos de São Júlio I Energias Renováveis S.A no valor nominal de R\$ 140.000.000, sendo R\$ 70.000.000 correspondentes às Notas Comerciais da Primeira Série e até R\$ 70.000.000 correspondentes às Notas Comerciais da Segunda Série.

Sobre o valor nominal das notas comerciais incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias do DI – Depósito Interfinanceiro de um dia, “over extra-grupo”, expressas na forma percentual ao ano. A remuneração utilizará base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis e será calculada e divulgadas diariamente pela B3 (“Taxa DI”), acrescida de spread(sobretaxa) de 2,1300% (três por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (“Remuneração das Notas Comerciais da Segunda Série”e, em conjunto com a Remuneração das Notas Comerciais da Primeira Série, “Remuneração”).

Em 31 de agosto de 2022 a Companhia realizou a quitação total da nota comercial conforme obrigatoriedade da clausula 5.3 – Resgate Antecipado Obrigatório Parcial - do termo que protege o contrato.

a. Composição do saldo

Banco	Tipo	31/12/2022
Vortex Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda	Notas Comerciais	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021		<u>-</u>
Captações de debêntures		129.999.393
Amortizações de principal – debêntures		(129.999.393)
Amortizações de juros - debêntures		(6.356.074)
Capitalização de imobilizado debêntures		6.356.074
Saldo em 31 de dezembro de 2022		<u>-</u>
Circulante		-
Não circulante		-

8 Patrimônio líquido

O capital social integralizado é de R\$ 75.611.000 em 2022 (2021: R\$ 35.151.072) e está representado por ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, conforme composição a seguir:

	<u>31/12/2022</u>		<u>31/12/2021</u>	
	<u>(%) de ações</u>	<u>Valor</u>	<u>(%) de ações</u>	<u>Valor</u>
Acionistas				
CDV Holding S.A	80%	60.488.800	80%	28.120.857
Mercury Renew	20%	15.122.200	20%	7.030.215
Total	<u>100%</u>	<u>75.611.000</u>	<u>100%</u>	<u>35.151.072</u>

Aumento de capital

De acordo com Assembleia Geral Extraordinária - AGE de 18 de março de 2022, foi subscrito capital no montante de R\$ 34.848.928 e integralizado capital nesta data no montante de R\$ 13.067.000,00 com moeda funcional da Companhia com entrada em caixa e equivalente de caixa.

De acordo com Assembleia Geral Extraordinária - AGE de 29 de Julho de 2022, foi subscrito capital no montante de R\$ 5.611.000 e integralizado capital nesta data no montante de R\$ 5.611.000 com moeda funcional da Companhia com entrada em caixa e equivalente de caixa.

No exercício de 2022, foram realizadas integralizações de capital conforme boletins de integralizações no montante de R\$ 21.781.928 com entrada em caixa e equivalente de caixa e adiantamentos para futuro aumento de capital.

9 Receita operacional líquida

	31/12/2022
Energia elétrica de curto prazo – geração própria	3.394.882
Pis	(22.067)
Cofins	<u>(101.846)</u>
Total	<u><u>3.270.969</u></u>

10 Custos operacionais

	31/12/2022
Mão-de-obra	(190.621)
Amortizações e depreciações	(3.745.811)
Gastos operacionais - geração energia	(364.940)
Energia comprada para revenda	(317.678)
Seguros	(230.837)
Gastos com manutenção	(18.199)
Total	(4.868.086)

11 Despesas gerais e administrativas

	31/12/2022	31/12/2021
Amortizações e depreciações	(21.626)	(2.668)
Mão de obra	-	(22.281)
Seguros	-	(3.360)
Despesas com escritórios	(1.178)	(712)
Despesas legais	(164.681)	(43.562)
Despesas com Veículos	(4.801)	-
Taxa de manutenção com órgãos reguladores (b)	(933)	-
Serviços - pessoa jurídica (c)	(510.856)	(3.623)
Tributos e contribuições	(5.206)	(1.349)
Compartilhamento de despesa (a)	(837.232)	(802.055)
Total	(1.546.513)	(879.610)

- (a) Refere-se a despesas administrativas que são incorridas e pagas pela Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A e posteriormente rateadas para a Companhia mediante contrato de compartilhamento de custos assinado pelas partes.
- (b) Refere-se as despesas associativa CCEE.
- (c) Refere-se a consultoria, serviço de mão de obra e auditoria diversa.

12 Resultado financeiro

	31/12/2022	31/12/2021
Rendimentos de aplicações (a)	-	1
Receitas Sobre Aplicações Financeiras	595.456	-
Outras Receitas financeiras	1.248	-
	596.704	1
Juros Sobre Empréstimos E Financiamentos	(4.637.124)	-
Amortização Custo De Empréstimos Pré - Operacional	(124.974)	-
Agente Fiduciário	(10.626)	-
Tarifas bancárias	(8.004)	(2.418)
Multas e juros passivos	-	(199)
	(4.780.728)	(2.617)
Total	(4.184.024)	(2.616)

- (a) Os rendimentos das aplicações financeiras que são vinculadas a construção dos ativos qualificáveis não transitam pelas contas de resultado, e estão deduzidos dos custos dos empréstimos incorridos

13 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, decorrem de transações da Companhia, as quais estão descritas abaixo:

Em 31 de dezembro 2021

Ativo	
Partes relacionadas - outros créditos (b)	1.280.132
Passivo	
Partes relacionadas – outras contas a pagar (a) (b)	110.376
Resultado	
Compartilhamento de despesas (a)	802.055

Em 31 de dezembro 2022

Ativo	
Partes relacionadas - outros créditos (b)	1.973.387
Passivo	
Partes relacionadas – outras contas a pagar (a) (b)	1.146.161
Resultado	
Compartilhamento de despesas (a)	837.232

- (a) A Companhia possui operações com partes relacionadas decorrente do contrato de compartilhamento de despesas firmado com a Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A.
- (b) A Companhia possui mobilizações em andamento e despesas em regime de condomínio, conforme contrato com a líder do condomínio Ventos de São Leão I Energias Renováveis S.A, ficando com saldos em contas transitórias de ativo e passivo até a sua liquidação.

As transações entre partes relacionadas são realizadas em condições de mercado.

Remuneração da Administração

De acordo com o termo de posse da AGE realizada em 06 de dezembro de 2022, os Diretores ora empossados renunciam ao recebimento de quaisquer valores a título de remuneração pelo exercício do referido cargo de Diretor da Companhia.

14 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros contratados com terceiros discriminam-se como segue:

a. Valor justo dos instrumentos financeiros não derivativos

	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixas e equivalentes de caixa	5.470.253	5.470.253	199.371	199.371
Partes relacionadas – outros créditos	1.973.387	1.973.387	1.280.132	1.280.132
Fornecedores	(467.441)	(467.441)	(59.713)	(59.713)
Empréstimos e financiamentos	(221.825.521)	(221.825.521)	-	-
Partes relacionadas – outras contas a pagar	(1.146.161)	(1.146.161)	(110.376)	(110.376)
Outras contas a pagar	(52.743)	(52.743)	-	-
Total	(216.048.226)	(216.048.226)	1.309.414	1.309.414

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia não apresentava instrumentos financeiros derivativos.

Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão avaliados ao custo amortizado não existindo avaliação sobre hierarquia de valor de justo.

15 Imposto de renda e contribuição social corrente

A composição da despesa com imposto de renda e contribuição social é a seguinte:

	31/12/2022
Imposto de renda e contribuição social correntes	<u>1.480.341</u>

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 estão demonstrados a seguir:

	31/12/2022
Receita operacional bruta	3.394.882
Alíquota de presunção	8%
Lucro presumido	271.591
Receitas financeiras/Outras receitas) (a)	<u>4.020.997</u>
Alíquota vigente	25%
Imposto de renda corrente	(1.073.147)
CSLL/alíquota de presunção	12%
CSLL/Lucro presumido	407.386
Receitas financeiras/Outras receitas) (a)	4.116.996
Alíquota vigente	9%
Contribuição social corrente	(407.194)

(a) Trata-se de receitas financeiras.

As diferenças de bases da receita financeira são decorrentes ao descrito na nota 12.

16 Contingências

Em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, a Companhia, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, avaliou não existir processos avaliados como provável de perda ou possíveis, portanto nenhuma provisão foi constituída e nenhuma divulgação requerida.